

# O PAPEL DA DIFUSÃO PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DE ARQUIVO

**Marcelo Antônio Chaves** - Doutor em História; Especialista em organização de arquivo; Executivo Público do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo-Brasil. E-mail: [teochaves@gmail.com](mailto:teochaves@gmail.com)

## Resumo

O tema difusão é tratado aqui em perspectiva estratégica, a partir de reflexão crítica sobre determinadas práticas em arquivos que adotam sedutores discursos com o intuito de atração de público, negligenciando-se os conhecimentos produzidos nas instituições arquivísticas.

Esta reflexão se baseia nas balizas encontradas em esparsa bibliografia e também na aprendizagem prática e cotidiana do autor durante anos à frente do setor de difusão em instituição arquivística de proa no Brasil. Com base na definição de *identidade de arquivo*, propõem-se caminhos para tornar a comunicação dos arquivos mais aderente ao perfil institucional e aos saberes produzidos na disciplina arquivística e nos arquivos públicos e busca-se definir princípios e parâmetros para essa atividade nos arquivos.

**Palavras-chave:** Difusão em arquivos – Arquivos – Identidade de arquivos – ação educativa – comunicação institucional

## Abstract

The theme of education and communication within archives is considered here from a strategic perspective, based on critical reflection on certain practices in archives. These institutions adopt seductive speeches to invite audiences, neglecting the knowledge produced in archival institutions.

This reflection is based on the principles discovered in a sparse bibliography. Plus, it is grounded on the author's practical and daily learning for years, as the head of the archives education department in a leading archival institution in Brazil.

Based on the definition of *archival identity*, ways are proposed to make the communication of archives more adherent to the institutional profile. Moreover, paths are suggested to coordinate this communication and the knowledge produced in the archival science and public archival institutions. This article seeks, also, to define principles and criteria for both education and communication activities in the archives.

**Keywords:** Education Programs and Communication in Archives- Archives- Identity of archives- Education Programs – Institutional Communication

## Introdução: arquivo? De qual arquivo falamos?

Os organismos normativos criados para buscarem formas de padronização de práticas e do universo vocabular da arquivística (ou arquivologia?) encontram muitas dificuldades para alcançar consensos sobre terminologias e conceitos. Vanderlei dos Santos enfatiza as dificuldades de uma disciplina que padece de “excessiva divergência na compreensão e aplicação de seus fundamentos nos diversos países”, que não consegue sequer consensuar o seu nome (SANTOS, 2015, p. 14). Conforta-nos a sensação de que se trata de uma especialidade em formação.<sup>1</sup>

Sobre o próprio termo “arquivo” pesa uma polissemia que frequentemente chega a causar certos constrangimentos no seu uso mais adequado.<sup>2</sup> Para além disso, como todo objeto de estudo, os arqui-

<sup>1</sup> Segundo Vanderlei Batista dos Santos, “A arquivística brasileira vem-se firmando como disciplina há pouco tempo. Sobremaneira após a regulamentação da profissão de arquivista, ocorrida em 1978, e da criação do curso superior de arquivologia, no ano anterior” (SANTOS, 2017, p. 25).

<sup>2</sup> O termo pode definir conjunto de documentos, entidade administrativa de custódia, edifício de guarda de documentos, móvel de guarda de do-

vos são também apropriados e analisados sob diversas óticas discursivas.

Além disso, são inúmeras as modalidades e estatutos de instituições arquivísticas e serviços de arquivos em organizações, com dimensões estruturais, administrativas e de recursos bastante diversas. O grau de autonomia de gestão político-administrativa entre elas varia muito: comparemos o alcance de um arquivo que é um setor administrativo de um museu e de um arquivo que é unidade administrativa que se situa a um grau abaixo do nível de secretaria de Estado.<sup>3</sup>

Dito isto, atente-se que não menos instável é o uso do conceito de difusão, atividade aberta e eclética que também exhibe baixo potencial de consenso.

Portanto, como propor um debate sobre difusão em arquivos de forma transversal e generalizante em uma área com “excessiva divergência” de ideias e de práticas? Quais elementos podem ser levantados para se pensar num campo prático e conceitual comum para implantação de instância de difusão acessível às mais variadas modalidades de arquivo? Talvez um bom ponto de partida seja a exploração daquilo que inegavelmente identifica todos os arquivos, sejam quais forem sua condição e modalidade:

- 1) Sua **definição mais genérica**, que abrange todas as suas tipologias: Arquivos são “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.”<sup>4</sup>
- 2) Os arquivos se identificam no **seu fazer técnico peculiar** que engloba todas as fases e tarefas voltadas para a gestão, preservação, acesso e difusão de documentos de arquivo.
- 3) Os arquivos padecem de **invisibilidade social crônica**, seja por sua característica instrumental,<sup>5</sup> seja pelo crônico desprezo e dificuldades intrínsecas às ações humanas de registro e de organização de informações.<sup>6</sup>
- 4) Destituídas de prestígio, no Brasil, as **instituições arquivísticas carecem de recursos** e possuem estruturas muito exíguas para cumprirem a contento as suas finalidades estratégicas.

Estas últimas assertivas nos adiantam sobre a importância de estrutura de difusão nos arquivos. Entretanto, o que cabe a um setor ou serviço de difusão em um arquivo? Como definir e hierarquizar os públicos e atividades de um arquivo para fins de difusão? O que se entende por difusão? Considera-se difusão qualquer tipo de comunicação para fora da organização? Existiria difusão eficiente (aderente) e difusão de “baixa intensidade”, ou, nesse campo vale tudo para atrair “público”. Adesão de público seria o único ou o melhor dos critérios para se avaliar a difusão mais adequada? Neste artigo o leitor deparar-se-á com questões que, de forma direta ou tangencial, acercam esses problemas colocados e ainda com apontamentos de diretrizes para difusão em arquivos.

## Dissensões e a necessidade de balanço crítico

Difusão aparenta ser um conceito vulgar, pois quando buscamos definições e sentidos parece não haver opções senão o sentido genérico e óbvio que não dá muita margem a tergiversações. O termo parece dar conta do que se quer dizer, sem muito esforço.

---

cumentos ou até conjunto de dados, conforme CAMARGO & BELLOTTO (*Dicionário de terminologia arquivística*, 2012).

Uso mais complexo do termo *arquivo* pode ser consultado em SANTOS, 2015, p.125-133.

<sup>3</sup> Excelentes relatórios de pesquisas junto aos arquivos municipais paulistas expõem essa diversidade e podem ser acessados em:

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/pesquisa\\_paulista](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/pesquisa_paulista)

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/municipios/mapa\\_paulista](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/municipios/mapa_paulista)

<sup>4</sup> Arquivo Nacional (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (DBTA). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

<sup>5</sup> Consultar entrevista de Ana Maria Camargo em Cadernos Sesc de cidadania, ano 10, número 15, p. 34 2019, em que a autora explicita essa característica instrumental dos centros de memória, mas que também se aplicam aos arquivos.

<sup>6</sup> Atentemos para este fato: mesmo as instituições arquivísticas (muitas delas, normatizadoras sobre o assunto) têm dificuldades em enxergar, organizar e manter a sua própria produção documental (o “arquivo do arquivo”)!

Os dicionários especializados refletem a falta de precisão conceitual citada anteriormente e os especialistas divergem sobre o próprio conceito, mas também sobre a abrangência do termo.<sup>7</sup> Alguns autores segmentam a difusão a partir dos diversos perfis de atividade.<sup>8</sup>

No entanto, a literatura carece de balanço crítico sobre as práticas de difusão em instituições arquivísticas e de debate sobre o que se constitui em difusão típica de arquivos. Não é aceitável se pensar que quaisquer formas e conteúdos de difusão sejam adotados acriticamente. Divulgar o conhecimento histórico baseado em documento de arquivo apenas não basta; além disso, parte significativa da produção historiográfica já se dedica a essa tarefa.<sup>9</sup> Se esta história produzida a partir dos arquivos não carrega em seu conteúdo as especificidades dos conhecimentos técnicos e científicos típicos dos arquivos, essa difusão não é senão apenas parcial e precária.

Daí a necessidade de se produzir um conceito próprio de difusão em arquivos.

## Difusão: essencial e complementar

As práticas arquivísticas se assentam no tripé de atividades essenciais de **gestão, preservação e acesso**. A difusão engloba as atividades complementares e de muita importância aos arquivos, pelas próprias constatações acima postas, mas também atividades essenciais, como aquelas relacionadas ao acesso à informação arquivística. Ou seja, generalizar a sua classificação como “atividade secundária” em relação às suas funções precípua<sup>10</sup> tem um aspecto contraditório, tendo em vista que muitas das atividades essenciais dos arquivos referentes ao acesso são englobadas pelo eclético guarda-chuva da difusão: as permanentes atividades de sensibilização dos gestores, o atendimento ao público e os imprescindíveis instrumentos de pesquisa, estes últimos pertinentes à questão do acesso, por exemplo.

Exemplos dessa relação íntima entre acesso e difusão vão desde as ferramentas de pesquisa até publicações impressas, como as do Arquivo do Estado de São Paulo, datadas desde o final do século XIX. Durante muito tempo, a coleção “Documentos Interessantes” (1894 a 1990) foi a principal ferramenta de difusão institucional e que promoveu, por meio dos trabalhos de paleografia, o acesso ao conteúdo de milhares de documentos manuscritos.<sup>11</sup>

Entretanto, sob certos aspectos, compreende-se a assertiva de Heloísa Bellotto que afirma ser a difusão atividade secundária, pois, se bem estruturados para o exercício desse tripé de funções, os arquivos estarão aptos para desempenhar suas atividades finalísticas dentro das organizações com eficiência e atender bem aos cidadãos, mesmo sem possuir um setor específico para a difusão. E mais: sem política de gestão e de tratamento documental adequado as ações de difusão se tornam inócuas e destituídas de sentido.

Seja como for, o tema difusão nos arquivos tem pouca expressão na produção teórica da área. Nada de surpreendente, se pensarmos que poucos arquivos dispõem de condições materiais e de pessoal especializado para sustentar atividades estruturadas de difusão e de comunicação. Conforme Ribeiro & Torre, 2012, p. 67:

Essa pouca valorização se observa em inúmeros detalhes, desde a pequena preocupação na disponibilização de espaços capazes de abrigar exposições e oficinas, acolhimento de turmas, salas multimídia, locais para lanche, até a raríssima estruturação de serviços educativos, com pessoal próprio.

Trabalho recente de Bianca da Costa Maia Lopes (2018, p. 95) referenda essa debilidade:

<sup>7</sup> Aldabalde & Rodrigues, 2015; Rockembach, 2015 e outros desenvolvem o conceito de mediação cultural diferenciando-o do de difusão. Jesús Trammillas (2010) distingue os conceitos de difusão, comunicação e dinamização; Vaz & Venâncio (2018) realizam revisão de literatura com a finalidade de “conceituações dos termos marketing, difusão e mediação cultural”.

<sup>8</sup> Especialmente, Bellotto, H. L. (2007, p. 227) que categoriza em difusão educativa, voltada ao público escolar; difusão editorial, voltada à criação de materiais para divulgação dos serviços; e difusão cultural, voltada ao desenvolvimento de diferentes projetos culturais. Essa categorização é reutilizada por muitos autores que refletem sobre o fenômeno da difusão.

<sup>9</sup> São inumeráveis os autores que advogam sobre a importância do documento de arquivo para a produção historiográfica, especialmente adeptos da chamada *história social*.

<sup>10</sup> Heloísa Liberalli Bellotto, *Arquivos permanentes. Tratamento documental*. FGV Editora, 2007, p. 227.

<sup>11</sup> A coleção Documentos interessantes está acessível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>. Sobre essa publicação, consultar Mendes (2010).

De modo geral, percebe-se a existência de uma lacuna na literatura arquivística quanto à definição do termo “difusão”. Ressalva-se que há pesquisas sobre a função de difusão na área, porém, ainda são escassas as investigações que aprofundam essa questão. Os autores da área tendem a utilizar o termo difusão, disseminação e divulgação indistintamente, em grande parte das produções científicas consultadas, embora os sentidos que lhes são atribuídos não correspondam, necessariamente, aos conceitos estabelecidos na Ciência da Informação.

## Arquivo e museu, cada um no seu lugar

Se o conceito de difusão parece um tanto fluído, é preciso apontar as especificidades daquilo que se definiria como difusão em arquivos. Partimos do pressuposto de que os arquivos são instituições muito distintas dos museus e bibliotecas, para ficarmos nesse exemplo das disciplinas chamadas de “três irmãs”<sup>12</sup>. No entanto, modelo e conceitos de difusão estão imbricados com as instituições museológicas, e, por esse motivo, é inevitável uma aproximação crítica para que se busquem parâmetros próprios aos arquivos.

A existência do museu está intimamente vinculada às atividades de difusão. Sem estas, a instituição destitui-se de sentido e tende à sucumbência. Por seu turno, as instituições de arquivo possuem função e finalidade distintas, pois resultam do acúmulo “natural” de registros das atividades de pessoas físicas ou jurídicas. Arquivos existem e precisam, necessariamente, ser mantidos em todas as instâncias da administração pública. Apenas esse traço bastaria para avaliarmos o significado da difusão para uma e outra instituição.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o documento de arquivo tem como traço característico o fato de ser produzido de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história (...) não resulta de um gesto especial de atribuição de sentido como ocorre com os documentos de museu; ao contrário, tem caráter evidencial congênito, isto é, nasce para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e é alheio a um eventual uso secundário que dele se possa fazer. Esse caráter instrumental faz-se acompanhar de outros traços marcantes (CAMARGO, 2003, p. 11)

Museu se enquadra perfeitamente no que se concebe ser essencialmente um equipamento de cultura. Não há discussão sobre onde vincular um museu público em uma estrutura administrativa de Estado.

O mesmo não ocorre com essa instituição tão peculiar (aparentemente híbrida) como é o Arquivo. Este é, antes de tudo, equipamento de gestão, guarda e preservação de documentos, de acesso para prova de direitos ou testemunho de fatos, de apoio à administração (no caso dos arquivos públicos) e também fonte importante para produção de história e memória organizacional.

Por outro lado, o Arquivo é também equipamento de cultura, enquanto componente importante para a produção do conhecimento sobre o passado. Diria, o melhor dentre os suportes de memória, sociais e de indivíduos.

(...) alçados à categoria de patrimônio histórico, os arquivos partilham com as demais entidades [bibliotecas e museus] uma função cultural (no sentido amplo desse conceito), fornecendo subsídios que permitem reconstituir a trajetória das pessoas jurídicas e físicas cujos documentos se preservaram e, por extensão, o contexto social em que atuaram (CAMARGO & GOULART, 2015, p. 27).

Decorrente desse aspecto aparentemente híbrido, de difícil classificação, do ponto de vista administrativo, gestores públicos, não raro enfrentam esse instigante e difícil dilema: onde vincular o Arquivo Público? No panorama nacional, a grande predominância ainda é na área de cultura, resultante do movimento de inércia da nossa história administrativa. Porém, apenas a título de exemplo, encontram-se arquivos atrelados

<sup>12</sup> Em inspiradas 12 páginas Ana Maria Camargo e Silvana Goulart traçam, de forma sintética, os perfis da biblioteca, do museu, do centro de documentação e/ou memória e do arquivo. Consultar: o primeiro capítulo do livro *Centros de memória: uma proposta de definição*, dessas autoras, publicado pela Edições Sesc, 2015.

administrativamente às pastas da Justiça e Segurança Pública (Arquivo Nacional do Brasil); Secretaria de Gestão (Órgão Central de Gestão Documental da Prefeitura de São Paulo);<sup>13</sup> Secretaria de Administração (Barueri, São Paulo) Secretaria de Governo (Estado de São Paulo).

De qualquer forma, para nos desviarmos dessa pendenga alheia aos propósitos deste texto, limitemo-nos à formulação genérica de que o Arquivo Público requer o lugar estratégico da esfera mais alta na gestão pública, de preferência não vinculado à função cultura, a menos que se trate de “arquivo histórico”, o que entendo significar uma anomalia administrativa,<sup>14</sup> cujos efeitos se minimizam com implantação de bem desenhado sistema de arquivos.<sup>15</sup>

## Público e usufruto do museu

A difusão em museu, em linhas gerais, é desafiada a atingir público mais amplo possível (desde o “cidadão comum”) oferecendo um “produto” para usufruto cultural imediato, ainda que se espere repercussão no âmbito da formação cultural do indivíduo<sup>16</sup>. A reserva técnica, normalmente acessível por meio de exposição e mostras, define os “produtos” de um museu. Nesse sentido, a difusão obterá pleno sucesso se a comunicação realizada convencer o receptor da mensagem à visita ao “produto” ofertado (seja presencial ou virtual). O processo de mediação agregará mais ou menos informações culturais ao usufrutuário do produto.

Claro que ao museu se coloca o desafio de conquistar outro nível de usufrutuário mais “profundo”, ou seja, os pesquisadores do tema abordado e suas interfaces. Destaque-se o papel central dos arquivos dos museus para pesquisas. Assim, uma exposição museológica deverá possibilitar camadas de aprofundamento de conhecimentos a usufrutuários de diferentes níveis de interesses e de conhecimentos; no entanto, proporcionar a contemplação e o despertar do indivíduo para a sensibilidade da arte, da memória e da história é o seu desiderato.

Ou seja, o produto oferecido por um museu, na grande maioria dos casos é para usufruto imediato a ser consumado numa visita com finalidade cultural.

E, quanto aos arquivos, em que medida se aproximam dos museus? Evidentemente, o fenômeno da difusão está indissociavelmente vinculado ao perfil de usuários potenciais e efetivos previstos. No caso de bibliotecas e museus, esse perfil é o mais genérico possível e situa-se muito na dependência do desenvolvimento cultural e de noções de patrimônio do ambiente social. De qualquer forma, trata-se de público amplo e difuso.

No caso dos arquivos há um diferencial decisivo.

## O público efetivo dos arquivos: “cidadãos” e pesquisadores

Os arquivos, na sua aparente hibridez, têm como seu maior público potencial e efetivo os cidadãos que deles necessitam para fins de garantias de direitos e de provas. Nesse sentido, os arquivos precisam estar organizados e disponíveis para que os usuários dos serviços tenham rápido acesso às informações de que necessitam nas instâncias administrativas da esfera de jurisdição desses arquivos (arquivos de hospitais, polícia, recursos humanos etc.). Para que isto aconteça, os gestores precisam estar cientes do papel

<sup>13</sup> O “Arquivo Histórico” do município de São Paulo permanece vinculado à Secretaria de Cultura.

<sup>14</sup> Sobre esse lugar, PAES (2004, p. 37) indica que “a melhor posição do órgão de arquivo (...) seja a mais elevada possível”. As palavras de Marilena Leite Paes sobre a cisão dos arquivos continuam lapidares: “Não se pode dividir o arquivo em dois compartimentos: velho (ou histórico) e administrativo. Na realidade, são pura e simplesmente arquivos em incessante processo de transformação (...). Os documentos históricos de hoje foram os administrativos de ontem e os documentos administrativos de hoje serão os documentos históricos de amanhã (...). Mesmo os documentos históricos de hoje podem tornar-se novamente administrativos amanhã, por diversas circunstâncias, devido a sua utilização” (PAES, 2004, p.121).

<sup>15</sup> Sobre sistema de Arquivos, consultar BELÉM, 2016.

<sup>16</sup> O debate sobre propósito e alcance da função educativa dos museus na formação de indivíduos e grupos é intenso. O glossário do Código de ética para museus (ICOM, 2001), assim define *museu*: “Os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes”. Apenas para fins de indicação a esse respeito, cito os artigos de CAZELLI; MARANDINO & STUART (2003); e CHIOVATTO (2010).

incontornável e estratégico dos arquivos, no que diz respeito ao acesso à informação arquivística. Tendo em vista que esta não é a realidade político-administrativa no Brasil, o foco de difusão dos arquivos precisa se orientar para esse público. Inexoravelmente! Isso vale também para os setores de arquivo em relação aos gestores das organizações que os abrigam.

Por outro lado, os arquivos também possuem a sua dimensão cultural, tal qual o museu. Entretanto, o produto arquivístico é mais complexo, sob determinados aspectos. E aqui a distinção entre essas instituições de custódia de patrimônio se amplifica e provoca impactos decisivos na difusão.

Qual o produto a ser usufruído de um arquivo “histórico”<sup>17</sup> e quais os diferenciados interesses e potenciais de usufruto dos diversos públicos?

Aí começam os maiores problemas. O arquivo “histórico” não tem a oferecer uma encantadora e enigmática peça museológica para usufruto de quem a ele recorrer. O que tem um arquivo a oferecer? Um labirinto de documentos com informações fragmentadas (sem sentido?) a ser decifrado e, caso se trate de arquivo muito organizado (o que é raro), com pistas bem definidas para uma garimpagem menos sofrida. Ou seja, a realização plena e conseqüente de um bom produto de difusão de arquivo é formar e trazer para a instituição potenciais PESQUISADORES que se habituarão a permanecerem nas salas de consulta muitas e muitas horas a garimpar, sem segurança de sucesso na sua busca<sup>18</sup>.

Ou seja, os arquivos possuem, potencialmente (e necessariamente), um produto cultural de alto nível de erudição. E não podemos nos iludir e querer concorrer com equipamentos de cultura de outra natureza que buscam excitar ao máximo os mecanismos sensoriais e mais imediatos dos visitantes. “As pesquisas em arquivo exigem a intuição, a perseverança, conhecimento profundo e familiaridade com os documentos. As pesquisas de arquivos nunca são fáceis”, essa é a conclusão de Eddy Put, com a qual corroboro.<sup>19</sup>

E, então, qual o impacto disso na formulação de projetos de difusão em arquivos? Aqui reside o cerne da questão. Partindo-se do pressuposto de que, de maneira genérica e em última instância, os usufrutuários potenciais, e por excelência, dos arquivos, em sua aparente híbrida dimensão, são os **cidadãos em busca de registros de provas** e os **pesquisadores** (dos mais variados campos do conhecimento) é que se delineiam as “camadas” secundárias de alcance e as ferramentas mais adequadas para atingi-las.

## Dois níveis de sensibilização

Nesse sentido, existiriam dois níveis de sensibilização possíveis que se colocam como desafio para as ações de difusão dos arquivos em sua dimensão patrimonial:

1) **Amigos da causa**- Sensibilização e comunicação dos (potenciais) interessados e aficionados pelo patrimônio histórico cultural, visando-se torná-los “amigos” da causa dos arquivos, demonstrando-se a importância estratégica dos arquivos em uma sociedade, seja para fins de prova, memória e elaborações históricas. Assim, todos os “produtos” postos à disposição do usuário potencial terão como desafio último esse objetivo, sejam as exposições físicas e virtuais, visitas mediadas, exposição de imagens, ou elaborações de constructos históricos sobre o acervo. Esse público de “aliados”, digamos “passivos” e “interativos” é eficientemente alcançado virtualmente pelas ferramentas tecnológicas e seus variados produtos de difusão, ou presencialmente por visitas mediadas e atividades de sensibilização;

2) **Potenciais pesquisadores**- Sensibilização e comunicação dos (potenciais) pesquisadores. Nesse caso, os mais variados malabarismos e pirotecnias para conquistas de “laiques” virtuais mostram-se inconsequentes, pois a formação de pesquisadores não é da competência exclusiva dos arquivos, mas, principalmente das instituições acadêmicas. Aos arquivos caberia, portanto, essa relação íntima com a academia e outras

<sup>17</sup> Considero o uso mais adequado do termo *Arquivos permanentes*, tendo em vista a irresolúvel ambigüidade do termo “histórico”.

<sup>18</sup> “Tomada num sentido amplo, pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações (...) Assim, toda pesquisa tem intencionalidade, que é a de elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade” (PÁDUA, 2002, p. 31/32).

<sup>19</sup> PUT, 2017, p. 7. Versão em português disponível na Seção Artigos desta edição.

instituições de pesquisa (para fins de genealogia, jornalismo, organizações sociais etc.) e o desenvolvimento de ferramentas avançadas de pesquisa que nada funcionarão sem investimentos na organização documental. Além disso, todas as modalidades de difusão (visitas mediadas, seminários e, principalmente, as exposições) devem investir nessa educação do público potencial de pesquisadores de documentos de arquivo.

Nesse sentido, ponho em questão certa política de difusão de arquivos que pressupõe que arquivo se difunde ao se divulgar elaborações baseadas em documentos. Assim, produzem-se eventos de natureza eminentemente historiográfica, exposições didáticas com fins precípuos de educação em história, publicações (impressas e digitais) de historiadores e capacitações (serviço educativo) baseadas em interpretações de documentos. Muitas vezes, os debates se resumem a disputas no âmbito da epistemologia da história.

Esse é um modelo de difusão muito limitado, do ponto de vista arquivístico, pois evidencia apenas um dos aspectos de produção (por outras áreas do conhecimento) elaborada a partir do trabalho arquivístico. Entretanto, o conhecimento específico e típico da arquivística é ofuscado, diluído ou diminuído. Ora, o debate sobre a importância das fontes primárias arquivísticas para produção da história está no cerne das disputas historiográficas e são dependentes das escolhas dos programas dos departamentos universitários das ciências humanas e não especificamente da arquivologia. Por outro lado, a política de valorização dos arquivos e a necessidade incontornável de gestão e tratamento documental não dependem das escolhas em voga na academia, ainda que determinadas vertentes historiográficas ajudem a fortalecer a difusão dos arquivos.

Os arquivos produzem um discurso historiográfico peculiar: aquele focado no âmbito do contexto dos seus fundos e coleções e que objetivam colar o mais fidedignamente possível os registros documentais disponíveis ao perfil dos sujeitos produtores. A difusão do livro de história baseado em documentos, por si só não dissemina a ciência e os esforços que estão por detrás do que tornou possível a elaboração desses produtos. Essas produções valorizam essencialmente a produção historiográfica que é relativamente reconhecida socialmente, mas quase nunca os conhecimentos subjacentes à organização arquivística, estes sim, reconhecidamente invisíveis à sociedade como um todo e aos próprios historiadores.

Além disso, o potencial social dos arquivos extrapola em muito o alimento da produção historiográfica. Nesse sentido, os profissionais e intelectuais dos arquivos necessitam definir os contornos dos seus discursos para a promoção e participação no diálogo interdisciplinar para que estes não se diluam nos discursos das outras disciplinas.

### **Por uma difusão de arquivo: diretrizes norteadoras**

Seja qual for a instituição arquivística, elenco aqui alguns “princípios” que considero importantes para se conceber e orientar as atividades de difusão:

#### Aderência ao perfil institucional e identidade de arquivo

É pressuposto se conhecer detalhadamente a instituição para que se possa difundir-la adequadamente. Portanto, todas as atividades de difusão devem ser guiadas pela missão e pelas características que são peculiares à instituição e à área de conhecimento que orienta os seus trabalhos técnicos.

#### Calendário próprio fortalece a identidade de arquivo

A política a ser traçada para a difusão em Arquivo deve se pautar pela identidade de arquivo e não por efemérides ou pelo calendário cívico-escolar, mas, ao contrário, tem que montar a sua agenda de difusão a partir da realidade interna dos trabalhos técnicos desenvolvidos na instituição, ainda que em diálogo permanente com acontecimentos externos.

#### Protagonismo nos eventos realizados

Nos eventos organizados pelo Arquivo, os profissionais das áreas técnicas devem ser estimulados a partilhar seus conhecimentos, com finalidade de troca interdisciplinar de conhecimentos.

### Garantia do acesso e responsabilidade com a informação

No que diz respeito ao atendimento ao público e pesquisadores, respeitando-se a legislação restritiva ao acesso, a difusão deve se pautar pelo pleno direito de acesso às informações sob sua custódia, buscando superar os obstáculos que dificultam a plena disponibilização dessas informações<sup>20</sup>.

### Respeito aos ritmos e especificações técnicas das áreas

A política de difusão no Arquivo tem que ser ancorada nos trabalhos das áreas técnicas e nunca descolada delas. As atividades de exteriorização tendem sempre a causar impacto nas áreas técnicas. Visitas mediadas, exposições, seminários, tudo isso pode levar a interferências e interrupções com impacto nos serviços técnicos. Evitam-se esses fenômenos se a difusão se submeter a planejamento e se posicionar colada e muito atenta ao que se passa no “chão” do arquivo, ali onde se desenvolvem as atividades primordiais que o sustentam.

### Segurança da informação e do patrimônio

As atividades de comunicação, divulgação e de acesso são tencionadas a promoverem a mais ampla difusão de documentos e informação. Os setores que cuidam da preservação dos documentos e da administração predial precisam ser consultados nos momentos de planejamento e organização dos eventos, principalmente exposições físicas, com o intuito de prevenção de danos ao patrimônio documental.

### Transversalidade

Difusão é atividade transversal que permeia toda a estrutura institucional (ou, assim deve ser). Por este motivo ela assume responsabilidade de promoção do diálogo interno e também com outras instituições.

### Parcerias

Articulação interdisciplinar impõe aos profissionais dos arquivos atuarem como sujeitos a viabilizarem a troca de conhecimentos a partir do conhecimento específico arquivístico. Assim se realiza a produção do conhecimento, na interação com as várias especialidades. As parcerias com as diversas disciplinas acadêmicas e as revistas científicas são as ações, por excelência, para esse fim.

## **Difusão de quê?**

Toda difusão de arquivo (no sentido amplo inicialmente exposto) tem como princípio incontornável divulgar e disseminar: a **instituição/serviço** em toda sua complexidade; todos os **trabalhos técnicos** voltados para as suas atividades finalísticas; os **conhecimentos produzidos no âmbito da ciência arquivística**; e o **acervo** sob sua responsabilidade.

À difusão cabe reforçar a **identidade de arquivo**, pois historicamente ela tem se diluído em discursos historiográficos e/ou sob muita influência dos parâmetros das bibliotecas e museus.

Fincam-se, assim, os contornos de difusão arquivística.

### Da instituição/serviço

Tornar a instituição conhecida pelo público em geral é importante tarefa de **comunicação** como uma das dimensões de difusão no sentido de divulgação institucional. Aqui se inserem a aplicação das marcas e emblemas da organização nos eventos, apresentações e produtos institucionais; elaboração e difusão de vídeo institucional, visita virtual, marca d'água nos documentos digitais e busca de espaços nas variadas modalidades de mídia.

<sup>20</sup> Os itens 6 e 7 do *Código de Ética dos Arquivistas*, elaborado pela Seção de Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), nos orientam. Consultar: <https://www.ica.org/es/ica-codigo-de-etica>. Quintana (2017) desenvolve argumentos sobre a necessidade de tratamento especial para acesso no caso de arquivos reveladores de informações sobre violações de direitos humanos. Consultar: [http://www.arquivoesta-do.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/05/artigo\\_especial.php#inicio\\_artigo](http://www.arquivoesta-do.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_especial.php#inicio_artigo)

Os profissionais especialistas alocados nas áreas auxiliares das atividades finalísticas necessitam de habilitação no universo vocabular da área e devem demonstrar intimidade com os saberes produzidos pelas áreas técnicas do Arquivo. A comunicação é uma dimensão da difusão e não pode se descolar dos ambientes que desenvolvem as atividades finalísticas do arquivo.

Entretanto, como essa questão da *identidade de arquivo* se coloca no caso dos arquivos que são serviço-atividade-meio de instituição com perfil bem distinto? Pensemos, por exemplo, nos arquivos de museus, de bibliotecas, de entes legislativos etc. Afinal, as atividades de arquivo, em muitos casos, são também invisibilizadas e desprestigiadas no interior dessas instituições/entidades. Desta forma, os profissionais desse serviço são alçados ao desafio de sensibilizar permanentemente os seus gestores para a função estratégica dos arquivos. O ideal é que as duas especialidades, a do arquivo e a atividade finalística da instituição que o abriga se articulem em projetos comuns de difusão. Isto impõe ao profissional do arquivo especialização também na atividade finalística da instituição que o abriga. Dito de modo mais explícito: os arquivistas (no sentido amplo) de uma câmara de vereadores precisam conhecer finamente as atividades legislativas, assim como os arquivistas de um museu devem se envolver na difusão das atividades do museu.

### Dos trabalhos técnicos

Quantas pessoas sabem distinguir as funções de um arquivo? Quantos têm noção da complexidade em se elaborar plano de classificação e tabela de temporalidade, um quadro de arranjo, ou de se fazer uma descrição arquivística, de definir tipologias documentais, de se realizar leitura e transcrição paleográfica, restauro e conservação (preventiva e corretiva) de documentos em suportes de papel, magnético, ótico, digital etc.? Quantas pessoas têm acesso à complexidade da gestão de documentos, critérios de classificação, ordenamento, seleção, amostragem aplicada, avaliação documental, técnicas de acondicionamento e de guarda de informações/documentos; logística típica de arquivos; legislação referente a políticas de gestão, a direitos autorais, a acesso etc.; técnicas e lógicas de recuperação da informação e dos grandes desafios para gerenciamento de sistemas informatizados de gestão de documentos?

Pois bem, por detrás dos pormenores de cada uma dessas atividades há pessoas capacitadas utilizando recursos intelectuais e operacionais típicos da área dos arquivos. Eis o tamanho da responsabilidade da difusão de um arquivo: expor aos mais variados públicos essa riqueza singular e típica dos arquivos que é absolutamente desconhecida. Esses saberes que são próprios e exclusivos dos que se dedicam nas áreas técnicas do arquivo precisam aparecer em todas as modalidades dos produtos e eventos de difusão: publicações, exposições, palestras e seminários, peças de comunicação (sítios eletrônicos, matérias jornalísticas), periódicos e visitas monitoradas.

### Dos conhecimentos específicos da área

Os arquivos são instâncias singulares e estratégicas nas administrações públicas e nas diversas entidades e instâncias da sociedade em geral. Há um conjunto de saberes específicos produzidos por e a partir das áreas técnicas que atuam nos arquivos e que ganhou estatuto de disciplina científica. Saberes que se conformam numa área específica de ciência aplicada<sup>21</sup>.

Não obstante haver instituições acadêmicas (poucas, no Brasil) que produzem conhecimentos na área que se convencionou chamar de ciência da informação, os arquivos são instâncias administrativas que, ao absorverem em suas práticas conceitos e teorias historicamente acumulados e fazerem a mediação concreta nas suas respectivas áreas de atuação, acabam por produzir permanentemente matéria prima para elaboração de novos conhecimentos.

Os conhecimentos produzidos a partir das atividades dos arquivos possuem uma dimensão instrumental e pragmática típicos de ciência aplicada. A administração pública é um complexo de múltiplas atividades, todas elas produtoras de documentos, e o gerenciamento do gigantesco fluxo de informações/documentos, nas suas diversas fases (corrente, intermediária e permanente), é tarefa para a qual essas administrações não estão preparadas. Ou seja, há uma necessidade premente e permanente de desenvolvimento e aplicação cotidiana de saberes que são típicos dos especialistas em documentos e arquivos.

<sup>21</sup> A esse respeito, consultar o capítulo 2, "Arquivística como disciplina científica", de Santos, 2015.

Nesse mesmo sentido, os bons e eficientes sistemas de gerenciamento de documentos arquivísticos digitais requerem “profissionais da arquivística, e estes ainda não têm preparo para lidar com esse ambiente, pois é fato que apenas esses profissionais sabem tratar de contextos, conhecem planos de classificação e de temporalidade documental, fatores imprescindíveis para a produção, gestão e preservação de documentos de arquivos digitais”.<sup>22</sup>

Desse quadro, decorre que os arquivos estruturados e organizados são tencionados permanentemente a disseminarem esses conhecimentos teóricos e aplicados a uma massa de funcionários, em primeiro lugar, mas também a pesquisadores e cidadãos em geral que necessitam ter acesso à informação pública. Por este motivo, os grandes arquivos geram quase que espontaneamente (muitas vezes, informalmente) instâncias de treinamento, capacitação e formação baseados na disseminação de conhecimentos relativos ao saber arquivístico.

Citando Santos (2015, p. 33):

Para Albertch i Figueiras (2003, p. 21), é comumente aceito na atualidade o fato de que a Arquivística (Archivistica) atua em dois âmbitos distintos, mas complementares: a) a nível teórico: história, objeto, âmbito de atuação (arquivos e documentos), e método utilizado na obtenção de um conjunto estável de princípio, normas e terminologia; b) nível prático: resultado da aplicação das técnicas e procedimentos na organização, conservação e difusão dos documentos e da informação.

(Parêntese para um debate necessário e, lamentavelmente, atual)

Porém, essa prevalência de conhecimentos próprios da arquivologia e do alcance da teoria arquivística não são consenso e, seguramente, explicam a opção de muitos serviços educativos se apoiarem predominantemente na produção do conhecimento histórico, negligenciando a especialidade arquivística. A crítica do arquivista canadense Terry Eastwood ao seu colega John Roberts, exposta na *Revista Archivarica*, na década de 1990, levanta problema correlato. Segundo Eastwood, John Roberts nega a possibilidade de uma “teoria arquivística”:

Roberts pressupõe que o aspecto teórico do conhecimento do arquivista tem de ser extraído de outras disciplinas. Ele também nega que haja qualquer consistência na prática, porque a ação do arquivista, de qualquer forma, deve ser adaptada às particularidades, ou mesmo à singularidade, de cada arquivo. Falar de métodos universais nestas circunstâncias é, para ele, ridículo.

Ainda conforme Eastwood,

Para repetir suas palavras, arquivistas “salvam o que é historicamente valioso e pronto; essa é a teoria”. O problema com este ponto de vista sobre os arquivos é que faz deles algo a ser considerado apenas na filosofia e na escrita da história. Isto é o que presumivelmente Roberts quer dizer quando afirma que a única perspectiva teórica adequada sobre os arquivos é a historiográfica. Sua conclusão é coerente com a sua premissa, mas a validade de sua premissa pode ser posta em dúvida.

Eastwood confronta o pensamento de Roberts advogando uma teoria arquivística:

Da necessidade e da perspectiva do arquivista, os arquivos não são matéria de fonte histórica. O primeiro objeto da teoria arquivística é a natureza dos documentos de arquivo. A Arquivologia, como disciplina, consiste na construção do conhecimento sobre documentos de arquivo e na ação sobre eles de forma metódica para proteger as propriedades que possuem. Assim, a grande questão teórica é o quê são essas propriedades que precisam ser protegidas, e por quê precisam.

Eastwood conclui:

Focar nos arquivos como fonte do passado ou na sua utilidade para a pesquisa e a

<sup>22</sup> Trecho extraído da apresentação do livro *Archivos electrónicos: textos y contexto II*. 1ed. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013, v. 1, p. 111-133. Serie Formación Archivística, organizado por Alicia Barnard Amozorrutia.

escrita da história ou ainda no seu valor para a historiografia como um veículo para promover a compreensão do passado, levanta questões que fogem das necessidades ou da competência dos arquivistas para responder e, necessariamente, permite que Roberts denigre um conceito importante da teoria arquivística.<sup>23</sup>

Esse debate se revela muito mais complexo e não intento trazê-lo aqui em sua essência.<sup>24</sup> Apenas entendo que esses argumentos críticos de Eastwood ilustram bem determinadas concepções de difusão nas quais esses fenômenos se fazem presentes aqui no Brasil, ainda que de forma um tanto escamoteada e menos elaborada, conforme podemos perceber nessa passagem de autoras quando tratam de publicações editoriais e que, curiosamente, são muito referenciadas. Neste trecho de BARBOSA & SILVA (2012, p.49) flagramos o que está na raiz desse conceito de arquivo quando se trata de difusão editorial:

É bastante claro para os arquivos que hoje assumem atividades editoriais que essas se encontram no âmbito da difusão, uma vez que visam à disseminação do conhecimento, seja aquele refletido – no caso dos trabalhos historiográficos –, seja o instrumental – quando se trata de publicação de instrumentos de pesquisa –, sejam as próprias fontes documentais.

Existe, portanto, o conhecimento “refletido” (historiografia), o conhecimento “instrumental” (instrumentos de pesquisa) e as próprias “fontes” (denominação empobrecida do documento de arquivo). Tudo o que se produz na arquivologia, para além dos “instrumentos de pesquisa” não existe, ou não possui relevância! A minha posição a esse respeito é que o ofuscamento do saber-fazer arquivístico pelos produtos elaborados a partir dele é uma espécie de alienação não favorável à causa dos arquivos.

#### Do acervo

Os instrumentos de pesquisa (catálogos, guias e inventários) são, inegavelmente, a melhor “forma de possibilitar o acesso direto do pesquisador ao documento primário – e obrigação primeira de seu Setor de Publicações” de arquivo.<sup>25</sup> Quanto mais desenvolvidos e minuciosos esses instrumentos, mais amplo será o público usuário dos arquivos e maior capacidade de exploração e de elaboração de bons produtos de difusão. Quanto menos complexos esses instrumentos, aumenta-se a dependência (arriscada) a funcionários com conhecimentos técnico e empírico que deverão auxiliar as demandas dos pesquisadores, e maiores serão as dificuldades de elaboração de bons produtos de difusão do acervo.

O desenvolvimento desses instrumentos, no entanto, depende muito pouco da área de difusão. Esta é responsável pela parte informativa e de comunicação dessas publicações (tutoriais, exposição didática da própria ferramenta e também dos serviços prestados pelo arquivo), mas pode, a partir da organização vertical das informações classificatórias dos instrumentos de pesquisa, produzir versões horizontalizadas das informações contidas em guias, catálogos e inventários, como, por exemplo, guias temáticos.

A partir disso, múltiplas são as possibilidades e modalidades de difusão dos ricos acervos arquivísticos: nas redes sociais e sítios eletrônicos, exposições físicas e virtuais, permanentes, itinerantes, “de bolso”, pequenas e grandes; publicações impressas e eletrônicas; eventos diversos (palestras, seminários, conferências, congressos); vistas; oficinas e cursos.

No entanto, considero incongruência instituições arquivísticas com alto grau de “comunicação” com o grande público, com portais sofisticados e ativa rede social colecionadora de “laiques”, mas incompetentes na disponibilização do acesso ao seu acervo.

Por outro lado, é preciso se pensar no conceito de acervo no seu sentido arquivístico amplo. O acervo de

<sup>23</sup> Os textos originais de Eastwood e Roberts e a tréplica deste último estão acessíveis na Revista *Archivaria*, nº 37 (Primavera, 1994): <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/issue/view/396>

Há uma versão em português do texto de Terry Eastwood publicado na revista *Arquivo & Administração*, n. 2, v. 12, 2013, da Associação dos Arquivistas do Brasil, da qual as citações foram extraídas, acessível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/56234>

<sup>24</sup> O artigo de Franco; Thiesen & Rodrigues (2017), sobre teorias arquivísticas traz esclarecimentos interessantes, mais completos e atuais sobre concepções de John Roberts acerca das “teorias arquivísticas”, mostrando que o problema é mais complexo do que transparece nessas citações de Eastwood.

<sup>25</sup> Trecho extraído do prefácio da publicação *Catálogo das publicações do Arquivo do Estado*, assinado por Heloísa Liberalli Bellotto, edição de 1984.

um arquivo com característica sistêmica é sempre um acervo “em fluxo”. No arquivo não existe reserva técnica, nem “obras raras” e o conceito de patrimônio precisa ser relativizado e adaptado às especificidades da área. Apenas a título de problematização: uma tabela de temporalidade define aprioristicamente um patrimônio que sequer está materializado (!).

Por fim, difundir acervo arquivístico implica preservação dos princípios que regem os conhecimentos acumulados na área. Difusão de documentos sem contexto arquivístico não é difusão de arquivo. Percebe-se muitas práticas que são boas na divulgação de discursos historiográficos, mas que negligenciam ou deseducam sobre os arquivos.

### **Conclusões provisórias. Arquivística: “ciência auxiliar da história” ou difusão de baixa intensidade?**

Arquivo é instituição singular e multifacetada, objeto e também ferramenta para pesquisas em todas as áreas do conhecimento. Instituição/serviço crucial para garantia de provas das mais variadas áreas sociais, possui dimensão cultural (erudita), principalmente no âmbito da memória e conhecimento do passado. Nesse sentido, há que se desenhar e produzir políticas de difusão para os arquivos condizentes com seu perfil próprio. Arquivo não pode ser equiparado a um museu de documentos e não pode diluir os conceitos que articula sua área de conhecimento nos discursos de outras disciplinas ou matérias jornalísticas.

Pelo exposto, fica claro que nos distanciamos de concepções de arquivo (e de difusão) que distorcem ou diminuem o seu estatuto. BARBOSA & SILVA (2012, p. 57) apontam esse caminho, quando tratam da ação educativa nos arquivos:

Nesse sentido, concebemos os arquivos como fonte privilegiada de conhecimento para o ensino, em particular o de história.

Decorrente desse conceito, são concebidas atividades educativas como suporte a aulas de história, proporcionando aproximações com as “fontes da história”, a partir de exercícios interpretativos do conteúdo do documento de arquivo, o que considero equívoco.

Vale dizer que essa prática orientou por longo tempo a difusão do Arquivo Público estadual paulista e encontra referentes em várias instituições arquivísticas espalhadas pelo Brasil e mesmo inspiradas em escritos de expoentes da arquivologia. Ao analisar a experiência do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), RIBEIRO & TORRES (2012, p. 69) constata e explicam esse fenômeno:

Fazendo-se uma análise a posteriori da trajetória das ações educativas na instituição, é possível apontar dois campos que, na ausência de um referencial consolidado, orientaram de forma mais marcante as práticas no APCBH: o ensino de história e a educação patrimonial. Ao se examinar as abordagens desenvolvidas nas ações do APCBH, nota-se a presença de proposições teórico-metodológicas dessas duas áreas. Pode-se inferir, inclusive, que tal situação tende a se repetir na realidade de outras instituições arquivísticas. A presença de historiadores na equipe do APCBH sempre foi grande, o que, certamente, contribuiu para a aproximação entre as proposições da história, como disciplina acadêmica e ensinada, e os projetos de ação educativa da instituição. O referencial das experiências francesas, em consonância com essa realidade do Arquivo, também corroborou para a maior ênfase na abordagem da instituição e de seu acervo pelo seu valor de evidência para o estudo do passado.

Mesmo apresentando visão complacente e acrítica, os autores sugerem alguma explicação para o fenômeno, citando a presença forte dos historiadores nos arquivos e a influência francesa.

Essa visão gera distorções ao conceber as atribuições da difusão em arquivos, conforme proposição do citado texto de BARBOSA & SILVA:

Sua função é a de mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende (BARBOSA & SILVA, 2012, p. 45).

Está fora do nosso alcance interpretar o que seria “documento bruto” a ser “transformado em pesquisa”, mas estou seguro de que não cabe aos arquivos, senão em ocasiões específicas, “produzir leituras da história”, nem “sugerir interpretação das fontes”, e muito menos “transformar o documento bruto em pesquisa”. Ainda que não se constitua em desvio de função, essas são atividades típicas dos pesquisadores dos vários ramos da ciência. Além disso, há muitas instituições com essa exata missão. O uso e a interpretação do documento em sala de aula são praticados na rede escolar e teoricamente alimentados pelos departamentos universitários de história e não cabe aos arquivos concorrerem nessa tarefa. O contrário não é verdadeiro: em qual disciplina escolar, mesmo em universidades, onde os alunos terão oportunidade de acesso ao conhecimento arquivístico? Se os próprios arquivos não puserem em marcha essa prática, quem o fará?

A Revista *Acervo*, do Arquivo Nacional brasileiro, normalmente dedicada à produção historiográfica, em 2012 dedicou suas páginas para o tema da difusão em arquivos. Invariavelmente, os autores dos artigos defendem essa versão tradicional e hegemônica que enxergam os serviços educativos com a função precípua de interferir e aperfeiçoar o ensino escolar de história!<sup>26</sup>

Analise-se os escritos sobre difusão da insuspeita Heloísa Bellotto, um dos maiores nomes da arquivologia latino-americana e ver-se-á que a historiadora/arquivóloga propõe e referenda um padrão educativo para os arquivos (nitidamente inspirada no exemplo francês – água em que quase todos bebem) em que prevalecem seus parâmetros de educadora de história<sup>27</sup>.

É preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir um elemento costumeiro, constante da programação escolar nas áreas de história e estudos sociais. (BELLOTTO, 2007, p. 232).

Bellotto (2007) apresenta elaboração controversa, nesse sentido: de forma lúcida e assertiva deixa claro que difusão é atividade secundária e que os arquivos “devem atender fundamentalmente às necessidades das administrações” e que estes não alcançarão a dimensão que lhes “é legitimamente devida, se fizer do seu recinto apenas um espaço cultural, onde bem-sucedidos eventos sociais irão mascarar sua inércia e inoperância no que tange as suas verdadeiras atribuições” (p. 227); ao mesmo tempo, afirma que a “atividade educativa é inerente aos arquivos públicos, mas aflora circunstancialmente” (p. 231, grifo meu). Neste mesmo capítulo, apresenta modelo de atividade educativa, a meu ver, pouco aderente às premissas dos arquivos<sup>28</sup>. Não se discute a importância de cooperação com a rede escolar, mas sim o conteúdo proposto, que, insisto, não deverá cumprir ao que cabe a um professor (equipe) de história ou de qualquer outra disciplina, mas difundir peculiaridades e riqueza do conhecimento arquivístico, a ponto de instigar os alunos a refletirem sobre a produção dos seus arquivos pessoais e escolar e o potencial de pesquisas, por exemplo.

Ousa-se aqui buscar um parâmetro menos quantitativista e mais de conteúdo com objetivo de diferenciar-mos uma difusão que considero eficaz (ainda que de difícil mensuração), baseada no *princípio da identidade de de arquivo*, em contraposição àquela baseada na promoção do discurso interpretativo de produção da história e desvinculada do saber fazer específico dos arquivos e que aqui se chamará de *difusão de baixa intensidade*, entendendo-a como aquela que, com potencial atrativo de público não o concentra no foco nas atividades essenciais de arquivo ou nos conhecimentos ali produzidos, não tendo, portanto, grande eficácia. Esse tipo de difusão obscurece atividades e produção de conhecimento dos arquivos e reforça estereótipo empobrecedor da arquivística como “ciência auxiliar da história”, destituída de identidade e valor social. Atividades de difusão de baixa intensidade às vezes são inevitáveis e podem estreitar relações interinstitucionais, mas não devem ser a tônica da difusão nos arquivos.

Arquivistas versus historiadores?

<sup>26</sup> *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./jun. 2012. Acessível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/34>

<sup>27</sup> Todo o capítulo 14 *Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos*, da sua obra *Arquivos permanentes: tratamento documental* (2007, p. 227-247), revela essa concepção de difusão.

<sup>28</sup> Citando bibliografia das décadas de 1950 a 1980, a autora parece atribuir aos serviços educativos dos arquivos interferência na produção historiográfica. Cita o papel dos arquivos para “encaixar” a história local/regional, cf. BELLOTTO, H.L. *op. cit.*, p. 227 et passim.

Não há espaço para incursão demorada nessa polêmica mais que centenária. Essa confusão entre as funções do arquivista e do historiador vem de longa data e está longe do seu ocaso. Não há tensão entre historiadores e arquivistas, assim como não há fronteiras rígidas entre o ofício de um e de outro. Mas, não há dúvidas de que ambos mantêm os traços identitários dos seus afazeres. Atentemos às palavras de Abreu e Silva, diretor do Arquivo Público do Rio Grande do Sul na década de 1920:

Não é, pois da competência do Archivo analisar e commentar documentos e delles tirar ilações ou sobre elles compor narrativas,- o que é obra do historiador; mas colligir, coordenar e catalogar documentos de autoridade historica,- o que é tarefa propriamente do archivista. O trabalho deste facilita o daquelle; um accumulando e classificando documentos, testemunhos, forma o processo histórico, sobre o qual o outro cala o seu trabalho, sem dúvida bem mais árduo e difficil.<sup>29</sup>

A grafia foi mantida exatamente para indicar a distância temporal: este texto é do início do século XX! Claro, os tempos são outros, o arquivo contemporâneo assume perfil bem mais complexo do que o desenhado por Abreu e Silva; e, convenhamos, não há nenhum pecado quando um arquivista, no exercício do seu ofício, propõe-se a interpretar a história ou mesmo quando o historiador se esforça em ressignificar os arquivos. Boa parte dos trabalhos do arquivista tem como objeto a reconstrução do passado, principalmente quando dos estudos de história administrativa, de proveniência e contexto do documento e dos arquivos; histórico de acumulação de fundos; estudos aplicados à paleografia; estudos para fins de conservação e restauro e muito para fins de difusão, como produção de exposições, organização de seminários, oficinas de capacitação entre tantos outros. Por fim, respira-se história nas práticas nos arquivos, porém, por um viés muito singular e condicionado pelas exigências normativas do ofício.

Nesse sentido, sem entrar no espinhoso conflito entre profissões, os historiadores que atuam nos arquivos executam bons trabalhos quando se abrem aos conhecimentos específicos da arquivologia e os adotam na sua prática cotidiana. Da mesma forma, os conhecimentos e habilidades para a pesquisa histórica são imprescindíveis para um bom exercício profissional em diversas dimensões de atuação nos arquivos.

A esse respeito, Bruno Delmas faz ótima reflexão em seu *Arquivos para quê?*, para quem “O arquivista é ao mesmo tempo um erudito, um organizador e um animador. Seu trabalho não pode ser influenciado por tendências, nem mesmo as históricas, nem por preocupações estranhas ao recolhimento dos arquivos, à sua seleção e nem à elaboração dos instrumentos de pesquisa” (DELMAS, 2010, p.85).

## Referências

ALDABALDE, Taiguara Vilela; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Campinas: *TransInformação* vol.27 no.3 Set/ dez 2015.

AMAZORRUTIA, Alicia Barnard (Org.)6. *Archivos electrónicos: texto y contexto*. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013, v. 1, p. 111-133, 2013.

BARBOSA & SILVA. Difusão em Arquivos: Definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: *Acervo* v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012.

BELÉM, Fabiane Marques. Gestão documental sistêmica e as adversidades na implantação de um sistema de arquivos na esfera governamental. In: *Revista do Arquivo*, nº 3. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, outubro de 2016. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/sistema>

BELLOTTO, H.L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2007.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./jun. 2012. Acessível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/34>

<sup>29</sup> Apresentação assinada pelo Diretor Florêncio C. de Abreu e Silva em novembro de 1920 à *Revista do Arquivo* Público do Rio Grande do Sul, n.1, janeiro de 1921, Porto Alegre.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa. Rio de Janeiro: *Acervo*, v. 25, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2012.

CAMARGO, Ana Maria. Sobre o valor histórico dos documentos. Rio Claro: *Revista do Município de Rio Claro*, nº 1, 2003.

CAMARGO, A.M. & BELLOTTO, H.L. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2012.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições SESC, 2015.

CAZELLI, S.; MARANDINO, M.; STUDART, D. Educação e Comunicação em Museus de Ciências: aspectos históricos, pesquisa e prática. In: *Educação e Museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciências*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Editora Access, 2003. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/844165/mod\\_resource/content/1/CAZELLI\\_MARANDINO\\_STUDART\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_%20Comunica%C3%A7%C3%A3o\\_em\\_Museus\\_de\\_Ci%C3%A4ncia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/844165/mod_resource/content/1/CAZELLI_MARANDINO_STUDART_Educa%C3%A7%C3%A3o_%20Comunica%C3%A7%C3%A3o_em_Museus_de_Ci%C3%A4ncia.pdf)

CHIOVATTO, Mila. Educação líquida: Reflexões sobre o processo educativo a partir das experiências do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado. *Encontro Internacional Diálogos em Educação, Museu e Arte*. São Paulo: 2010. Disponível em: [https://museu.pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2017/01/gad\\_MILA-MILENE-CHIOVATTO-1.pdf](https://museu.pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2017/01/gad_MILA-MILENE-CHIOVATTO-1.pdf)

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <http://www.ica.org/en/about-multilingual-archival-terminology>. Acesso em: 02 jan. 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. *Encyclopedia of Archival Science*, 2015.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e porque ela é importante? Rio de Janeiro: AAB, *Arquivo & Administração*, n. 2, v. 12, 2013. Acessível: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/56234>

ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado: Centro de Assistência aos Municípios. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/municipios>. Acessado em 28.01.2020.

\_\_\_\_\_ *Catálogo das publicações do Arquivo do Estado*, 1984.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do Estado: Porto Alegre: *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, n.1, janeiro de 1921.

FRANCE. Direction des Archives de France. *Dictionnaire de Terminologie archivistique*. Disponível em: <https://francearchives.fr/file/4f717e37a1befe4b17f58633cbc6bcf54f8199b4/dictionnaire-de-terminologie-archivistique.pdf>. Acessado em 02 de janeiro de 2020.

FRANCO, Shirley C.; THIESEN, Icléia & RODRIGUES, Georgete Medleg. As duas teorias arquivísticas segundo John Roberts: uma contribuição aos fundamentos do campo. In: Londrina: *Informação & Informação*, v. 22, n. 3, p. 35 – 63, set./out. 2017. Acessível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao>

LOPES, Bianca da Costa Maia. *Popularizar ou perecer: a potencialidade informacional dos arquivos na internet*. Dissertação de mestrado, UFRJ/IBICT. Rio de Janeiro, 2018.

MENDES, André Oliva Teixeira. *Os Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas : Papirus, 2002.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PUT, Eddy. "Une flore d'archives?", in Martine Aubry, Isabelle Chave et Vincent Doom (dir.), *Archives, archivistes, archivistique dans l'Europe du Nord-Ouest du Moyen Âge à nos jours*, Villeneuve d'Ascq, IRHiS (« Histoire et littérature de l'Europe du Nord-Ouest », no 36), 2007 [On line], mis en ligne le 14 octobre 2012. Consultado em 20 de janeiro de 2020. URL: <http://hleno.revues.org/185>. Traduzido e publicado na Revista do Arquivo, edição nº 10, disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/09/index.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/09/index.php)

QUINTANA, Antonio González. Arquivos e direitos humanos. São Paulo: *Revista do Arquivo*, nº 5, ano III, p. 10-23, outubro de 2017.

RIBEIRO, Raphael Rajão; TORRE, Michelle Márcia Cobra. Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas. Ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: *Acervo*, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan./jun. 2012.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. Brasília: *Informação Arquivística*, v. 4, n. 1, 2015.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. *A Arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos*. Brasília: 9 Bravos, 2015.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). *Cadernos SESC de cidadania*, ano 10, nº 15. São Paulo, Edições SESC, 2019.

TRAMULLAS, Jesús. "No es nada personal, son sólo negocios..." O la difusión de los archivos en la red. In: *3ª Jornadas Archivando. Difusión en los archivos - Actas de las jornadas*. León, 2010.

VAZ, Gláucia Aparecida; VENÂNCIO, Renato Pinto. Marketing, difusão, ação e Mediação cultural em arquivos públicos. João Pessoa: *Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)* v. 6, n. 1, p. 01-29, jan./jun. 2018.